

**CONSULTA PÚBLICA - TEMAS SOCIEDADE CIVIL**

TEMA	Número	Nome do participante	Data/hora	Qual tema você gostaria que fosse debatido no âmbito do 4º Plano de Ação do Brasil na OGP?	Qual a relação desse tema com governo aberto?	Descreva como governo aberto pode contribuir com o desenvolvimento desse tema.
Transparência das obras públicas	45	JORGE LUIS TERRES SCHUCH	2018-04-19 10:39:39	Maior transparência nos contratos da administração pública	Transparência na administração	Criando uma lei que obrigue que em todas as obras sejam instaladas placas informando o nome/cgc/ endereço das empresas contratadas e valores pagas a cada uma. Sendo obrigado em todos os investimentos. Obras e eventos
	46	hello toshiaki sayama	2018-04-19 10:57:23	Mais transparência nas informações sobre obras públicas em andamento	A realização de obras públicas - transparência nos gastos públicos - publicidade - informação no portal da transparência (federal - estadual e municipal - conforme a origem dos recursos)	O Cidadão comum tem o direito de saber como está sendo gasto na execução da obra ou serviço público. Atualmente é exigido que se coloque uma placa informativa relativa à obra (origem dos recursos, quem está fazendo, o quanto está sendo gasto, cronograma, etc) - com base em legislação vigente  Este processo, com a modernidade tecnológica existente, sugiro propor que as informações divulgadas nesta placa informativa tenha o seu conteúdo atualizado em um item específico no Portal da Transparência.  O ente público deverá colocar na Placa informativa um código de barras (modelo QR-Code), este código pode ser capturado pelo smartphone que vai levar diretamente ao local no portal da transparência onde as informações pertinentes estarão devidamente atualizadas.
	73	CLAUDIO MANOEL LESSA DE CASTRO	2018-04-21 20:03:14	Obras de infraestrutura ferroviária.	O DNIT, órgão do governo é o responsável pelo desenvolvimento da infraestrutura de transportes do país.	Reativar as obras ferroviárias paralisadas. Planejamento do transporte intermodal, onde a ferrovia é imprescindível.
Transparência e prestação de contas	6	everson lopes de aguiar	2018-04-05 16:46:43	Prestação de Contas e Responsabilização (Accountability)	Se trata de um dos princípios de governo aberto definidos pela Parceria para Governo Aberto	Entendo que iniciativas relacionadas ao tema podem contribuir para ampliação da transparência e para o combate a corrupção. Além disso, podem estimular o acompanhamento da sociedade pelas ações públicas do governo.
	40	Juliana Mari Sakai	2018-04-18 18:48:29	Execução de repasses federais	Transparência e participação.	Dada a estrutura federativa, é muito difícil para um cidadão acompanhar o que o município entregou a partir de repasses federais. Informações de repasse são centralizadas com o Governo Federal; cada ente nacional informa seu cidadão o que tem executado, mas raramente informa a origem (federal) dos recursos. Uma parceria entre União e entes poderia dar mais transparência em relação ao que vem sendo efetivamente entregue pelos governos subnacionais e permitir melhor controle federal e social dos repasses.
	41	Maurício Ribeiro Nunes	2018-04-18 21:40:50	DESPESAS X RECEITAS	transparência	Comparar Despesa x Receitas com objetivo de verificar entre os municípios diversos a capacidade de investimento em relação do número de habilidades
	47	Léia Rodrigues Merino	2018-04-19 10:57:52	Qual a punição para órgãos que não mantem o site da transparência atualizado ou com dados diferentes da realidade.	Atualmente temos muita dificuldade em ter acesso a todas informações, pq o site da transparência não é atualizado diariamente ou com informações divergentes, temos uma ampla diferença ainda no que é postado no site e na real aplicação do dinheiro.	Ampliando o acesso a todos os dados sem restrição, e punindo órgãos que não atentem a essa normativa.
	53	ALEX SANTOS MOURA DINIZ	2018-04-19 14:54:41	TABELA (A SER ACRESCENTADA NO SISTEMA BUSCA DO PORTAL DA TRANSPARÊNCIA) DIDÁTICA E NOMINAL COM A PLENA DISCRIMINAÇÃO DE TODOS OS CARGOS DE DIREÇÃO (OCIOSOS E OCUPADOS) E DE TODAS AS FUNÇÕES GRATIFICADAS (OCIOSAS E OCUPADAS) POR ENTIDADE/ÓRGÃO.	POSSIBILITAR, A PARTIR DA INFORMAÇÃO DISPONÍVEL, AMPLO CONTROLE DESSES ESPAÇOS QUE SERVEM DE MOEDA DE TROCA, À SEMELHANÇA DO PRESIDENCIALISMO DE COALISÃO, E O PIOR QUE CHEGAM A SERVIR PARA A CONCRETIZAÇÃO DO TRANSPOTISMO.	IMPLEMENTANDO NO LINK <a href="https://www.portaldatransparencia.gov.br/servidores/">https://www.portaldatransparencia.gov.br/servidores/</a>
	55	Lilian Amoedo	2018-04-19 16:26:34	Clareza nos resultados das licitações e acompanhamento através de indicadores. Acompanhamento de número de servidores públicos e sua despesa.	Total	Através do controle dos gastos públicos é possível melhorar a gestão e destino adequado dos mesmos.

**CONSULTA PÚBLICA - TEMAS SOCIEDADE CIVIL**

TEMA	Número	Nome do participante	Data/hora	Qual tema você gostaria que fosse debatido no âmbito do 4º Plano de Ação do Brasil na OGP?	Qual a relação desse tema com governo aberto?	Descreva como governo aberto pode contribuir com o desenvolvimento desse tema.
	70	EDSON JOSÉ CORRÊA	2018-04-21 11:31:35	Portais de transparência	Poder contribuir para o aperfeiçoamento dos Portais de Transparência. Quanto mais fácil for o acesso aos portais de transparência e mais claras e inteligíveis as informações neles contidas, é de se imaginar que isso venha a ser um estímulo para o cidadão comum e as organizações participarem mais ativamente no acompanhamento e controle das contas públicas, contribuindo para a luta de combate aos desperdícios de recursos públicos e à corrupção.	Poder atuar mais incisivamente no sentido do aprimoramento dos portais, propondo, por exemplo, medidas mais rigorosas de punição aos gestores que não cumprirem com suas responsabilidades para o bom funcionamento dos portais, tanto no que diz respeito a disponibilização das informações devidas, a clareza delas e a presteza para o atendimento a pedidos de esclarecimentos e informações não disponibilizadas. (Em minha cidade, por exemplo, membros do Observatório Social (e eu sou um deles) tem tido dificuldades para a obtenção das chaves de acesso às notas fiscais de pagamento de empenhos, tanto da Câmara de Vereadores quanto da Prefeitura. Por vezes fica evidente a impressão de que essas dificuldades se tornam maiores quando essas chaves estão georreferenciadas).
	75	Carlos César da Silva Braga	2018-04-22 11:23:55	Arrecadação, gastos e investimentos públicos	Nada mais justo que o governo preste contas detalhadas sobre onde está aplicando os recursos dos impostos pagos pelos seus cidadãos e sua efetividade, além de permitir que a população participe da priorização de utilização desses recursos.	Categorizar de forma padronizada os gastos, de forma que seja possível analisar sua série histórica. Utilizar para isso um ou mais padrões internacionais de forma a permitir facilmente a comparação com outros países. Isso traria mais clareza sobre a eficiência da utilização dos recursos.
	80	Rodrigo Vieira de Avila	2018-04-22 13:22:28	Transparência sobre a Dívida Pública e as contas públicas	É necessário dar transparência ao maior gasto do orçamento federal, ou seja, os juros e amortizações da dívida pública, que consumiram em 2017 nada menos que 40% do orçamento da União.	Utilizar esses dados para otimizar compras automaticamente. Isso poderia ser conseguido de diversas formas: agrupando compras
	82	ISA DA ANUNCIAÇÃO SILVA	2018-04-22 14:34:23	Comprovação da Aplicação das verbas	Assim nos saberíamos o valor das verbas destinadas a cada área e se realmente utilizado onde deveria ser.	Promover a imediata transparência sobre os dados requeridos nos requerimentos de informação (com base na Lei de Acesso à Informação) nº 16853.002054/2018-46 e 16853.001308/2018-17, cujos recursos em primeira e segunda instância não foram em sua maior parte respondidos pelo Ministério da Fazenda, e atualmente se encontram na CGU, e que solicitaram principalmente o valor do índice utilizado para a atualização monetária da dívida, o nome dos detentores de títulos da dívida PÚBLICA, a composição da Conta Única do Tesouro por fonte de recursos, dentre outros itens que deveriam ser públicos e transparentes. Deve ser providenciada maior rapidez nas respostas, pois se trata de dados que o Tesouro deveria ter prontos, e já se passa mais de um mês do pedido inicial, sendo que a CGU me enviou comunicado dizendo que ainda haverá prazo de mais 60 dias para se julgar o recurso, sendo que tais 60 dias somente começarão a contar após o recebimento de esclarecimentos adicionais do Ministério da Fazenda, os quais não possuem prazo para chegar. Deve ser cumprido o art. 16 da Lei de Acesso à Informação, que prevê prazo de 5 dias para a CGU deliberar sobre o tema.
Integridade na gestão pública	33	Andre Antunes Fadel	2018-04-17 16:33:50	Prestação de Contas do Terceiro Setor	Possibilidade de maior controle social sobre as parcerias firmadas entre entes públicos e organizações da sociedade civil, sem fins lucrativos.	Com o acesso dos dados das prestações de contas pela população, seria possível maior efetividade do controle social quanto à destinação dos recursos públicos transferidos. Estima-se que as entidades recebam bilhões de reais todos os anos em todas as esferas de governo. Seria interessante a possibilidade de a população ter acesso aos dados das prestações de contas dos convenentes (seus fornecedores e beneficiários, seus pagamentos etc.).
	54	Aline Teodoro de MOura	2018-04-19 15:43:50	Acordos de leniência	Previsão da Lei Anticorrupção	Deveriam ser melhor informados os andamentos dos acordos de leniência, por número de processo e estatisticamente, tal como nos acordos de leniência do CADE.
	59	Rodrigo Bordin Piva	2018-04-20 12:19:10	Ferramentas praticas para o combate da corrupção e transparência	A proposta do Governo Aberto é ideologicamente excelente mas é necessário propor ações/ferramentas que coloque em pratica os objetivos da OGP.	Pela expressão da OGP, acredito que pode ter a contribuição nesse assunto.
	81	Robinson Vespúcio Vaz	2018-04-22 14:02:25	quadro societário com identificação (CPF) dos sócios	Possibilita identificação de conluio em compras públicas	Proibindo a participação de empresas com vínculo entre os sócios ou entre sócios e servidores
Privacidade e dados pessoais	26	FRANCISCO JANDER SOARES MARTINS	2018-04-14 13:58:48	autonomia na infraestrutura de comunicação do Brasil	cabe ao governo estruturar politicas públicas que garantam a integridade, segurança e privacidade dos usuários na internet.	Debatendo e discutindo saidas para superar o atual modelo de gestão dos dados no Brasil
	37	Priscila Gonsales	2018-04-18 12:27:52	Privacidade e dados pessoais	Tudo a ver com governo aberto, pois precisamos ter uma Lei de Proteção de dados pessoais dos cidadãos, isso tem a ver com transparência rumo a futuras "cidades inteligentes" que estão sendo desenhadas. De que forma os dados serão usados? Quais as permissões e consentimentos necessários que cada cidadão precisará dar?	Abriendo espaço para debater a importância do Marco Civil, sua manutenção, e, ao mesmo tempo, fragilidade no artigo 15. O OGP tb pode debater a importância de haver uma lei de proteção de dados pessoais. A privacidade como direito do cidadão.

**CONSULTA PÚBLICA - TEMAS SOCIEDADE CIVIL**

TEMA	Número	Nome do participante	Data/hora	Qual tema você gostaria que fosse debatido no âmbito do 4º Plano de Ação do Brasil na OGP?	Qual a relação desse tema com governo aberto?	Descreva como governo aberto pode contribuir com o desenvolvimento desse tema.
<b>Inovação - Blockchain, QR-code e Inteligência Artificial</b>	12	Leandro Balby Marinho	2018-04-08 10:15:59	Repensando o setor público com Inteligência Artificial	A inteligência artificial está em alta e promovendo tremendo impacto na indústria. Essa transformação também poderia fazer parte do setor governamental. Aplicações baseadas em IA tem tremendo potencial de reduzir trabalho acumulado, reduzir custos, superar restrições de recursos e liberar trabalhadores de tarefas mundanas. Em bom exemplo é o aplicativo Serenata de Amor que fiscaliza por meio de algoritmos de IA gastos de parlamentares.	Primeiro por meio de palestras, mesas redondas e discussões para que os benefícios dessa abordagem se tornem conhecidos pelos diversos setores interessados. Em seguida por meio de editais e convênios com universidades e institutos de pesquisa para o desenvolvimento de projetos e programas de treinamento.
	20	Diego Araujo de Castro	2018-04-13 13:05:44	Uso de Blockchain e QRCODE para a transparência pública.	As ferramentas baseadas em "blockchain" e "QRCODE" já são utilizadas por governos de diversos países para o tratamento de dados e informações de interesse público, por aumentar a transparência e facilitar o acesso do cidadão. Considerando a ampliação do uso de ambas as tecnologias nos últimos anos, é imprescindível que o governo brasileiro pautar o uso de ambas as tecnologias no presente e no futuro para garantir, cada vez mais, um governo mais aberto e participativo.	A tecnologia blockchain, base de informações públicas, verificáveis e auditáveis por qualquer pessoa, já utilizadas por governos de diversos países para o tratamento de dados e informações, no âmbito do governo aberto, poderia armazenar, por exemplo, todos os contratos, plano de objetivos e metas das organizações públicas, de forma que os cidadãos e organizações de interesse públicos tenham amplo acesso. A tecnologia "QRCODE", por outro lado, é a chave para conectar a blockchain ao cidadão, que com a câmera do telefone celular pode ler o código QRCODE e ter acesso às informações que subsidiaram, por exemplo, a construção de uma obra pública (contratos, projeto, responsáveis, valores). O outdoor que contém informações básicas da obra pública, com o QRCODE, torna-se fonte ativa de informações mais qualificadas para a participação e controle social.
<b>Abertura de códigos e algoritmos de sistemas públicos</b>	91	Fernanda Campagnucci	2018-04-22 23:55:25	Abertura de códigos e algoritmos de sistemas públicos	A inovação tecnológica aparece com frequência como uma condição primordial para a implementação das políticas de governo aberto. Ter ferramentas tecnológicas a serviço da integridade, da transparência, da participação, é dado como positivo e pouco se discute como essas ferramentas são implementadas. No entanto, as tecnologias não são neutras, e as escolhas tomadas nessa área podem impactar de forma significativa nos resultados pretendidos em determinadas políticas. Uma ferramenta de votação eletrônica não auditável, ou seja, sem código aberto, pode colocar em risco a legitimidade de um processo participativo, por exemplo. Ou, ainda, a adoção unilateral de determinada linguagem pode fazer com que o projeto (um site, um sistema de gestão, um aplicativo qualquer) tenha inviabilizada a colaboração entre governo e sociedade, o que é tido como pilar fundamental de governo aberto.	Os planos de ação de governo aberto devem prever ações específicas para criar espaços e métodos de colaboração também nessa área, e para isso precisam adequar suas infraestruturas e recursos. A adoção de Códigos e Formatos Abertos permite o reúso de dados e códigos e cria condições para que a sociedade possa aprimorar e transformar os sistemas. Também habilita a inovação aberta, processo em que governo e sociedade interagem em espaços/laboratórios e produzem soluções de forma conjunta.
<b>Dados abertos</b>	7	Kleber CuiSSI Canuto	2018-04-05 17:03:53	Padronização técnica e legal na disponibilidade dos microdados do governo	Toda! Pois se o objetivo é a abertura dos dados do governo (sobre produção, economia, trabalho, sociedade etc.), torna-se necessário facilitar tecnicamente o acesso aos microdados dos ministérios e órgãos de pesquisa das diferentes esferas do governo (federal, estadual e municipal). Bem como, definir dispositivos legais e padronização nos processos burocráticos entre os ministérios e órgãos do governo sobre a forma de se obter acesso aos mesmos dados. Sem a devida padronização, torna-se uma tarefa extremamente exaustiva e artesanal por parte da sociedade civil acessar e analisar os diferentes dados necessários para a implementação de um verdadeiro governo aberto.	Se compreendemos que governo aberto é convidar a Sociedade Civil para participar como analistas e delimitadores da própria proposição e delimitação das políticas públicas, padronizar o acesso aos dados é tornar a análise técnica dos dados pela sociedade civil algo viável e transparente a todos.
	11	ANDRÉ WEINMANN CARNEIRO	2018-04-07 11:52:13	O INEFICIENTE Modelo de Gestão da Informação Pública Brasileira!	Como falar em Transparência, Combate à Corrupção, em Governos Preparados para Atender as Necessidades dos Cidadãos etc.  Se ainda vivenciamos um modelo de Gestão que permite/obriga que DEZENAS DE MILHARES de Órgãos Públicos Brasileiros invistam de forma autônoma (desperdício do erário) na Gestão de suas Bases de Dados?!!?!?!?!?!?!  Qual o Presidente de Empresa, o Gestor de Tecnologia da Informação, o Analista de Sistemas que em SÃ CONSCIÊNCIA modelaria seus sistemas de informação, suas bases de dados, permitindo que cada uma de suas filiais, departamentos, setores etc. tivesse autonomia na gestão de suas bases e depois exigiria que cada uma delas mantivesse informações qualificadas, que disponibilizassem em formato aberto, seguindo protocolos, mantendo sigilo etc.  É isso que acontece na "Empresa" Brasil!  QUAL O CUSTO DE MANTER E ACABAR COM A ASSIMETRIA DE 50.000 BASES DE DADOS?!!?!?!?!?!?!?	A INFORMAÇÃO É UM PATRIMÔNIO PÚBLICO!!?!?!?!?!  Precisamos incentivar práticas relacionadas à transparência, não apenas da ponta do iceberg (aos dados que "podem" ser públicos), mas a Transparência da Gestão da Informação Pública como um todo, ou seja:  O que está sendo armazenado? Como? Quando? Por quem? Que lógicas/algoritmos/software estão sendo processadas? Quem pode acessar o que? Etc. etc.  A INFORMAÇÃO É PODER!  PRECISAMOS NOS APODERAR DE SUA GESTÃO!
	15	Ana Luiza Gomes Machado	2018-04-10 16:27:06	Como institucionalizar a política de dados abertos	Não basta preconizarmos a produção de dados abertos. É necessário que se pensa nessa variável desde o princípio, na concepção dos sistemas e na capacitação do pessoal.	O governo aberto pressupõe múltiplas portas de entrada do cidadão nas políticas públicas e nas decisões do estado. se vivemos na sociedade da informação nada mais valioso do que incorporar a política de dados abertos como premissa dos sistemas de bancos de dados dos órgãos governamentais.
	31	Rodrigo Almeida dos Santos	2018-04-17 13:05:04	Governança de Dados Abertos	A falta de governança de dados abertos provoca a proliferação de bases de dados abertos e a falta de qualidade da informação, que está pulverizada em várias fontes. Além disso, é comum acessar fontes de informação com várias anomalias e com baixa confiança nos dados, além de dados desatualizados. Essa situação provoca o desenvolvimento de sistemas com baixo nível de confiabilidade e muitos problemas para a tomada de decisão.	A iniciativa de governança pode ser atingida através da qualificação dos dados abertos, organizando os dados e provendo uma gestão com maior acurácia dos dados abertos. Um exemplo de abordagem é um projeto pessoal que conduzo que pode ser acessado através do endereço <a href="http://rpubs.com/rodrigoalmeida/cidadesqualificadas">http://rpubs.com/rodrigoalmeida/cidadesqualificadas</a> e o painel de qualificação de dados de joao pessoa acessado no endereço <a href="https://inteligencia.shinyapps.io/joaopessoa/">https://inteligencia.shinyapps.io/joaopessoa/</a>

**CONSULTA PÚBLICA - TEMAS SOCIEDADE CIVIL**

TEMA	Número	Nome do participante	Data/hora	Qual tema você gostaria que fosse debatido no âmbito do 4º Plano de Ação do Brasil na OGP?	Qual a relação desse tema com governo aberto?	Descreva como governo aberto pode contribuir com o desenvolvimento desse tema.
	50	Cristina N. L. Gomes	2018-04-19 11:45:17	padronização e dados abertos.	A maioria dos sites de transparência, trazem cada um seu modelo de disponibilização de dados, alguns mais outros menos. A padronização de como devem ser disponibilizados os dados, traria ao cidadãos a possibilidade gigantesca de realizar comparações de seus municípios com outros, com os investimentos da União e Estado, com os dados obtidos em suas cidades.  Grande parte dos portais de transparência, ainda não são adeptos dos dados abertos. São informações desconectadas, sem a possibilidade de transformar os dados em planilhas e outros documentos.	Se a decisão vier diretamente da UNIÃO, imposta a todas as outras esferas, será muito mais fácil e barato a todos os órgãos se adequarem, uma vez que os portais já são uma obrigação, e que todos teriam um modelo a ser seguido.
	68	Felipe Cordeiro Alves Dias	2018-04-20 22:01:06	Regulamentação do uso de dados públicos	A LAI fornece acesso aos dados públicos, porém o uso não é regulamentado.	Desenvolvimento de regulamentação do uso de dados públicos.
	84	Henrique Nascimento	2018-04-22 16:29:58	Projetos de dados abertos em universidades, escolas e etc	Relação direta nos quesitos transparência e incentivo a cultura de informação livre e dados abertos	Fazer hackathons, mini cursos gratuitos de análise de dados e divulgar projetos.
Controle social	4	Bruno Schimitt Morassutti	2018-04-05 15:46:44	Transparência de órgãos colegiados do Poder Executivo	Conselhos, comitês, juntas, tribunais, grupos de trabalho, entre outros são espaços importantes para a definição, execução e fiscalização de políticas públicas no sistema jurídico brasileiro. Porém, a falta de uma metodologia uniforme e um local centralizado para a disponibilização de informações públicas a seu respeito dificulta o controle público. Atualmente, muitos destes colegiados sequer possuem site ou divulgam sua composição, pautas, ata, calendário e outras informações relevantes. Não é possível controlar a existência de conflitos de interesse, acompanhar os trabalhos e colaborar com as atividades destes colegiados.	Levantamento dos colegiados existentes; criação de uma metodologia padronizada (ainda que eventualmente adaptada a especificidades) para a disponibilização de informações; criação de um site organizado e estruturado, no qual as informações sobre todos estes órgãos colegiados pudesse ser encontrada de modo centralizado, sem detrimento da disponibilização de informações no âmbito dos órgãos ou entes a que estão vinculados.
	9	maria cristina abreu martins de lima	2018-04-06 10:35:20	Fortalecimento do Controle Social da Política de Assistência Social	É prerrogativa legal dos conselhos de assistência social (colegiados permanentes e paritários entre sociedade civil e governo), em todos os níveis da federação, a participação na definição da política de assistência social e no acompanhamento do planejamento e da execução da política de assistência social. Infelizmente parte dos governos não reconhecem e valorizam a participação social prevista na CF/88 (art. 203 e 204) por meio dos conselhos (LOAS, art. 16).	Criando constrangimentos aos governos que não favorecem a participação dos conselhos e incentivos aos cidadãos que querem participar.
	13	Felipe Portela Bezerra	2018-04-09 18:01:02	Participação social no orçamento federal.	É fundamental que a sociedade civil possa controlar e participar de decisões orçamentárias do Estado.	O governo aberto pode organizar audiências, fóruns e reuniões públicas, com atores de representações nacionais da sociedade civil, a fim de construir coletivamente as decisões acerca do orçamento federal no Brasil.
	16	Leonardo Beraldo de Ornellas Borges	2018-04-11 10:07:24	Implementação e sofisticação de mecanismos para controle social do território	As possibilidades econômicas da expansão urbana em nossas cidades são notáveis. Entretanto, os processos que possibilitam aprovações, loteamentos, desmembramentos e expansões normalmente possuem baixa ou nenhuma transparência. Não raro, são os próprios interessados que conseguem determinar condições e normas favoráveis em benefício próprio. A maior parte dos municípios brasileiros possui baixa capacidade de realizar levantamentos sistêmicos envolvendo a expansão urbana e processos de concessão de licença de uso de solo, seja por uma estrutura deficitária, seja pela proximidade dos agentes privados aos agentes estatais do município.	A implantação de sistemas que possam reunir, compilar e difundir informações sobre esses processos são de imensa importância para o controle dos mesmos e a consequente diminuição de conflitos de interesse e de trocas corruptas nos processos de planejamento e gestão urbanísticos.
	23	Heloiisa Fischer	2018-04-13 19:40:31	Uso de linguagem clara e acessível nas informações públicas	Entre os 4 princípios de governo aberto, os de Transparência e Participação cidadã têm a ver com o tema da linguagem clara e acessível nas informações públicas. Afinal de contas, informação pública só é verdadeiramente transparente se for fácil de entender. Se estiver envolta na névoa da inteligibilidade ela não é transparente. Pouco adianta o ente público "jogar" no ambiente online uma informação que use termos técnicos e jargão de contabilidade. Tais características de linguagem geram alto grau de opacidade e desestimulam o engajamento cidadão. Vale lembrar que a Lei de Acesso à Informação determina em seu artigo N. 5: "É dever do Estado garantir o direito de acesso à informação, que será franqueada, mediante procedimentos objetivos e ágeis, de forma transparente, clara e em linguagem de fácil compreensão."	Refletir sobre a importância de disponibilizar informações públicas em português que o brasileiro comum entenda (vale lembrar que 27% da nossa população é analfabeta funcional, segundo dados do Inaf-Indicador de Lafabetismo Funcional) está no DNA do governo aberto. Afinal de contas, a Participação Cidadã é um dos princípios definidos pela OGP. Como o cidadão vai participar sem conseguir entender as informações disponibilizadas???
	25	LARA CRISTINA BATISTA FREITAS	2018-04-14 09:12:37	Formas de aprimorar o dialogo entre sociedade civil e poder publico	Essa relação é complexa e cheia de desafios, se por um lado tem falta de conhecimento dos canais de comunicação e representação por parte da sociedade, por outro, muitas vezes há dificuldade de ouvir a sociedade civil, por parte do poder publico. Inclusive ainda considera-se que isso não é necessário ou falta conhecimento sobre a legislação vigente de ambas as partes. Me pergunto como um governo aberto, a lei da transparência podem impulsionar e monitorar a qualificação desse interação para que se torne cada vez mais próxima e efetiva?	Adotar cada vez canais mais canais claros de participação da sociedade civil e forma de feedback. Promover a qualificação dos conselhos que são ambientes de representação da sociedade civil. Capacitar os funcionários e gestores públicos para que possam ter abertura a formas inovadoras de participação e diálogo. Disseminar essas possibilidades.

**CONSULTA PÚBLICA - TEMAS SOCIEDADE CIVIL**

TEMA	Número	Nome do participante	Data/hora	Qual tema você gostaria que fosse debatido no âmbito do 4º Plano de Ação do Brasil na OGP?	Qual a relação desse tema com governo aberto?	Descreva como governo aberto pode contribuir com o desenvolvimento desse tema.
	35	Claudia Cristina Muller	2018-04-17 18:14:50	Fact-checking	O fact-checking deve ser feito em todas as declarações dos agentes públicos. Mentir para enganar a população deve ser crime previsto em lei. Qualquer inconsistência nas declarações públicas deve ser punida. Os orçamentos, metas, licitações, termos de parcerias, relatórios de gestão, tudo deve estar colocado a público, mas antes disso passar por empresa credenciadas internacionalmente em fact-checking. Tanto a população quanto os alunos e professores devem ser ensinados a fazer checagem de fake news. O pensamento crítico e a educação (e a responsabilização do agente público) devem ser foco do 4o plano de ação do Governo Aberto. Constatamos algumas organizações (Aos Fatos, Lupa, Truco Agência Pública), mas nenhuma responsabilidade dos governos ao mentir descaradamente para a população. Devemos dar um basta nisso!	O fact-checking deve ser feito em todas as declarações dos agentes públicos. Mentir para enganar a população deve ser crime previsto em lei. Qualquer inconsistência nas declarações públicas deve ser punida. Os orçamentos, metas, licitações, termos de parcerias, relatórios de gestão, tudo deve estar colocado a público, mas antes disso passar por empresa credenciadas internacionalmente em fact-checking. Tanto a população quanto os alunos e professores devem ser ensinados a fazer checagem de fake news. O pensamento crítico e a educação (e a responsabilização do agente público) devem ser foco do 4o plano de ação do Governo Aberto. Constatamos algumas organizações (Aos Fatos, Lupa, Truco Agência Pública), mas nenhuma responsabilidade dos governos ao mentir descaradamente para a população. Devemos dar um basta nisso!
	52	Ana Isabel Friedlander	2018-04-19 13:06:50	Controle Social	Quando o cidadão é orientado a participar, conhecer e colaborar ele dificulta a corrupção e exige transparência.	O cidadão pode e deve ter acesso de forma simples e bem divulgada de todos os benefícios que os governantes recebem e como eles utilizam como verbas indenizatórias, auxílio moradia e milhares de benefícios. Se eu ajudo a pagar a moradia dele, quero saber quanto custa por exemplo esse aluguel e se não é aluguel quero saber por que eu pago.
	57	Isabel rocha	2018-04-19 23:45:51	comunicação sobre mecanismo de controle social de políticas públicas	O controle social das políticas públicas envolve o acesso a informação, seja em resposta a demanda apresentada pela sociedade civil, seja a acessibilidade de informações referente a elaboração, execução e avaliação de políticas públicas. Faz-se necessário pensar mecanismos de fortalecimento do participação no controle social das populações mais vulnerabilizadas.	O controle social das políticas públicas envolve o acesso a informação, seja em resposta a demanda apresentada pela sociedade civil, seja a acessibilidade de informações referente a elaboração, execução e avaliação de políticas públicas. Faz-se necessário pensar mecanismos de fortalecimento do participação no controle social das populações mais vulnerabilizadas.
	74	Pedro Guido	2018-04-22 10:20:13	Capacitação para o Controle social.	Só a sociedade, devidamente capacitada, pode controlar a administração pública e prevenir a corrupção.	Desenvolvendo curso de capacitação mensal em parceria com ONGs, Ministério Público e Universidades Públicas.
Participação social	17	DANTE BORGES DE CAMPOS	2018-04-11 10:56:16	NOVO MODELO POLÍTICO, COM MAIS PARTICIPATIVIDADE DA POPULAÇÃO.	DIRETA.	UM GOVERNO ABERTO, ALIADO A UM NOVO MODELO POLÍTICO MAIS PARTICIPATIVO, VAI PERMITIR QUE A POPULAÇÃO TENHA SEUS OBJETIVOS E ANSEIOS MELHOR REPRESENTADOS NAS ESFERAS ADMINISTRATIVAS DO PAÍS.
	56	Belonice sotoriva	2018-04-19 22:45:10	Envolvimento social	As pessoas tem que ser incentivadas a assumir maior responsabilidade no controle	Possibilitando participação e instruindo
	60	Kárita Emanuelle Ribeiro Sena	2018-04-20 14:23:02	Redes Sociais e a promoção da Cidadania	Tenho me dedicado a esse tema em minha pesquisa de Doutorado. A Comunicação e, sobretudo, as redes sociais podem exercer um papel significativo na promoção da cidadania, difusão de informações de interesse público e controle social do poder público.	Definindo compromissos do governo em divulgação de informações relacionadas ao cumprimento das metas especificamente nas redes sociais, espaço em que o brasileiro dedica boa parte do seu tempo usado em rede.
	83	Amanda Faria Lima	2018-04-22 14:44:30	Desigualdade Social	O Brasil é marcado em sua história pela grande desigualdade social, desigualdade essa que se apresenta pela assimetria de acesso à informações, desigualdade de acesso a serviços públicos básicos e desigualdade de participação nos espaços decisórios de poder. De modo que a partir da promoção da integridade, transparência, inovação e participação social pode-se diminuir as desigualdades de oportunidade e de mais participação na construção de políticas públicas que incidam favoravelmente no combate às desigualdades sociais, pobreza e desigualdade de oportunidades.	O governo aberto, apoiado na promoção da participação social, integridade pública, transparência e na inovação tecnológica, apresenta-se como uma possibilidade de aumentar os espaços participativos de construção de políticas públicas de combate à pobreza, à desigualdade de oportunidades. Ademais, novas ferramentas tecnológicas permitem que históricos abismos de participação e acesso a serviços públicos sejam superados de maneira inovadora.
Controle social da Agenda 2030 das	22	Adauto Francelin de Andrade	2018-04-13 17:05:24	Indicadores desempenho e seu equilíbrio	Não é possível desenvolver ações para uma meta específica se ela não estiver circunscrita em um conjunto maior que represente a evolução da gestão / comunidade. Daí a relevância de se considerar indicadores de desempenho equilibrados para identificar as mudanças e ações necessárias.	Elaborando metodologias para avaliação da gestão (período) e qualidade de suas decisões / investimento, proporcionando transferência e base comparativa.  Ex: qual foi a melhor gestão (municipal, estadual, escolar, parque, transporte, ...) em 201x?

**CONSULTA PÚBLICA - TEMAS SOCIEDADE CIVIL**

TEMA	Número	Nome do participante	Data/hora	Qual tema você gostaria que fosse debatido no âmbito do 4º Plano de Ação do Brasil na OGP?	Qual a relação desse tema com governo aberto?	Descreva como governo aberto pode contribuir com o desenvolvimento desse tema.
Agenda 2030 das ODS	43	Mari Angelica Oliveira	2018-04-19 09:56:10	Agenda 2030 dos ODS	A transversalidade necessária, orientação para efetivar as políticas públicas nacionais (temáticas e setoriais)	Arregimentados os diversos atores, projetos e ações. (Mapeamento, orientar e divulgar estratégias e experiências articulando a RedeODSBrasil e seus pontos focais nos Estados)
Governo aberto e clima	5	Ana Paula Gouveia Valdiones	2018-04-05 16:31:09	Governo aberto em clima, floresta e agricultura	Muitas informações ambientais são essenciais para o controle de diferentes órgãos públicos. A disponibilização dessas informações tem o potencial de criar novas soluções para fiscalização e cooperação entre órgãos, e aumentar o controle social.	Prever a abertura de dados ambientais e relacionados a temática ambiental (crédito rural, guias de trânsito animais, informações fundiárias), ampliar os espaços de participação social nesse tema.
	38	Marcelo Hugo de Medeiros Bezerra	2018-04-18 15:57:08	Mudanças Climáticas	O Brasil assumiu compromissos nacionais, como os estabelecidos pela Lei 12.187/2009 (Política Nacional sobre Mudança do Clima), e internacionais (Acordo de Paris e Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis) que estão diretamente ligados ao tema. Os acordos e políticas que regem esses compromissos possuem ligação direta com os princípios de governo aberto: participação, transparência e accountability e inovação.	Os princípios de governo aberto – garantir e aprofundar a participação na formulação de políticas públicas, melhorar iniciativas de transparência e abertura de dados, além de melhorias nos processos de prestação de contas – tem um grande potencial benéfico nas políticas climáticas e em políticas que impactam nesta agenda. O campo de governo aberto possibilitará um novo olhar de governança e na tomada de decisão governamental neste campo no país, além de possibilitar o cumprimento de compromissos internacionais assumidos pelo país, principalmente o Acordo de Paris e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). A ação conjunta entre governo e sociedade civil dentro do processo do 4º Plano Nacional da OGP garantirá que uma agenda tão transversal para o desenvolvimento do país seja trabalhada de forma contínua e em um processo de co-criação de iniciativas entre os principais atores.
Governo aberto e Recursos hídricos	19	Angelo José Rodrigues Lima	2018-04-12 15:13:07	Política Nacional de Recursos Hídricos	A Política Nacional de Recursos Hídricos estabelece que a gestão dos recursos hídricos deva ser feita de forma descentralizada e participativa e de que a Bacia Hidrográfica é a unidade de planejamento. É a gestão descentralizada e participativa deve ser feita pelos Comitês de Bacias que devem ter a representação da sociedade civil, usuários e poder público. Para o melhor funcionamento desta política, muitas informações devem estar disponíveis para que os membros dos Comitês de Bacias tomem a melhor decisão possível para atingir os objetivos de garantir água em quantidade e qualidade para todos os usos. Portanto, todos os 4 princípios: Transparência; Prestação de Contas e Responsabilização (Accountability); Participação Cidadã e Tecnologia e Inovação que são estabelecidos para ser um governo aberto, estão presentes e são fundamentais na política de recursos hídricos e portanto, tem tudo a ver com governo aberto.	O governo aberto pode construir metas e indicadores para que os governos assumam compromissos nos 4 princípios: Transparência, Prestação de Contas, Responsabilização, Participação Cidadã e Tecnologia e Inovação.  Em cada um deles é possível no processo de construção do plano, estabelecer metas e indicadores que tenham relação direta com a gestão de recursos hídricos.
	62	Henrique Ribeiro Góes	2018-04-20 16:45:51	Transparência na gestão dos recursos hídricos relacionada aos comitês de bacias	Os comitês de Bacia são um dos principais espaços de decisão da política hídrica a nível local e são em essência órgãos participativos e com poder de decisão, com vagas reservadas para sociedade civil e população em geral. É um espaço que por natureza tem tudo a ver com as bases e princípios do governo aberto	Ainda que muito importantes, os comitês de bacia ainda são desconhecidos por grande parte da população e poucos são os dados disponíveis sobre eles. Não há nenhum tipo de plataforma que um dados sobre cada um dos comitês, de maneira que a sociedade possa rapidamente saber o andamento da gestão dos recursos hídricos em qualquer localidade do país. Nem mesmo é possível saber facilmente a composição de cada um dos comitês, o que torna difícil saber como eles estão funcionando. Nesse sentido, a OGP poderia ajudar estimulando a criação de alguma base de dados ou sistema que permitisse esse tipo de controle social.
	67	Ana Paula Fracalanza	2018-04-20 18:17:58	Transparência ativa e passiva e acesso a dados de gestão da água e saneamento básico nos vários estados da Federação.	Este tema relaciona-se diretamente a transparência e, portanto, a governo aberto. Portanto, tem relação direta com governo aberto e acesso a dados, que pela Lei da Transparência, devem ser públicos e publicizados pelo governo.	O Ministério da Transparência e a CGU, com a parceria para o Governo Aberto, podem contribuir com o desenvolvimento deste tema incentivando os órgãos públicos estaduais no cumprimento da Lei da Transparência: seja na divulgação de dados pela transparência ativa, seja no fornecimento de dados requeridos pelos cidadãos, pesquisadores e demais interessados pela transparência passiva.

**CONSULTA PÚBLICA - TEMAS SOCIEDADE CIVIL**

TEMA	Número	Nome do participante	Data/hora	Qual tema você gostaria que fosse debatido no âmbito do 4º Plano de Ação do Brasil na OGP?	Qual a relação desse tema com governo aberto?	Descreva como governo aberto pode contribuir com o desenvolvimento desse tema.
	71	Rubens Harry Born	2018-04-21 12:45:02	Uso de instrumentos econômicos em gestão de águas: cobrança pelo uso, pagamentos por serviços ambientais, subsídios e instrumentos fiscais	A cobrança pelo uso da água é um tipo de instrumento econômico previsto na legislação nacional e em diversas legislações estaduais de recursos hídricos. Há outros tipos de instrumentos econômicos, seja de caráter voluntário (ou baseados em mercados) e outros alicerçados em normas e regulamentos públicos. Pagamentos por serviços ambientais para a proteção e recuperação de bens e serviços ecossistêmicos podem cobrir essas modalidades; subsídios e renúncia fiscal de entes da federação devem estar assentados em normas públicas. A adequada transparência no uso desses instrumentos é fundamental para conhecer os alcances, barreiras e oportunidades para melhor eficácia e efetividade no uso desses instrumentos.	Diversos estudos apontam que as medidas de comando-controle não têm sido suficientes para prevenir degradação e contaminação de corpos hídricos e destruição de áreas de mananciais; por outro lado, o uso de instrumentos econômicos, apontados como medidas complementares, pode ocorrer com características que não correspondam a critérios de equidade, de justa aplicação de recursos públicos ou de internalização dos "custos negativos" (externalidades negativas) para o ambiente. A produção e disponibilização de dados e informações sobre o uso de instrumentos econômicos na gestão de bacias hidrográficas, de saneamento e de uso e conservação de recursos hídricos é tarefa que se impõe para o governo aberto comprometido com a sustentabilidade socioambiental.
Transparência da gestão pesqueira	24	Oceana Brasil	2018-04-13 19:57:20	Proteção dos Oceanos e Gestão Pesqueira	<p>A política da gestão pesqueira nacional, assim como as demais políticas públicas, requer informações para poder subsidiar tomadas de decisão que efetivamente permitam a sustentabilidade da atividade econômica, a proteção do meio ambiente marinho e para garantia do sustento e manutenção de comunidades tradicionais.</p> <p>Nos últimos anos uma série de eventos levaram ao desmantelamento dos instrumentos da política pesqueira nacional. Atualmente, presencia-se um cenário em que a tomada de decisão ocorre com pouco ou nenhum embasamento científico, porque as políticas de coleta de dados e monitoramento foram interrompidas ou são realizadas de forma intermitente ou localizada. Além disso, as parcas informações que foram produzidas recentemente e as pretéritas não são disponibilizadas ao público, o que inviabiliza o controle social.</p> <p>Nesse contexto, a Oceana, que tem como lema a proteção dos oceanos para alimentar o mundo, entende como necessária a inclusão dos seguintes dados no 4º Plano de Ação do Brasil na OGP a fim de que sejam disponibilizados de forma ativa:</p> <p>(1) Sobre pescadores:  a. Número de pescadores registrados por categoria e por Município;  b. Pescadores cadastrados no Seguro Defeso por categoria e por Município;  c. Pescadores cadastrados no Registro Geral da Atividade Pesqueira em cada categoria;</p> <p>(2) Sobre embarcações:  a. Número de embarcações contidas no registro geral da atividade pesqueira por petrecho, categoria comprimento e Arqueação Bruta;  b. Informações geradas pelo Programa Nacional de Rastreamento de Embarcações Pesqueira por Satélite (PREPS), aptas a embasar medidas de ordenamento;  c. Relatórios produzidos pelo Programa de Observadores de Bordo;  d. Informações sobre as embarcações que recebem subvenção de Óleo Diesel, por Município;  e. Cópia dos Mapas de Bordo;</p> <p>(3) Sobre os processos de gestão e tomada de decisão:  a. Memória das atas das reuniões dos órgãos de gestão e tomada de decisão (Grupos de Trabalho, Subcomitê científico, Comitês Permanentes de Gestão, Comissão Técnica de Gestão Compartilhada dos Recursos Pesqueiros) em níveis federal, estadual e municipal;  b. Leis e normas existentes sobre política e gestão pesqueira;  c. Tratados internacionais e instrumento regionais sobre a pesca;</p> <p>(4) Sobre a produção pesqueira:  a. Dados estatísticos de produção da pesca extrativa por espécie, município, UF e ano;  b. Representatividade da pesca nas economias nacional, regional, estadual e municipal;</p> <p>(5) Sobre as espécies:  a. Listas técnicas (em sua versão final) das espécies ameaçadas de extinção, listadas na Portaria 445</p>	O Governo Aberto é a política apta a retomar a transparência na gestão da atividade pesqueira que tem impactos econômicos, ambientais e culturais de extrema importância para o Brasil. Ademais, é preciso salientar que, em não existindo fronteiras entre os oceanos, todas as ações adotadas pelos países em relação aos recursos marinhos tem impactos globais. As ferramentas dessa política foram desestruturadas ao longo dos anos e precisam ser retomadas. O acesso às informações pretéritas e a transparência das informações futuras é essencial para oportunizar tomadas de decisões conscientes e embasadas.
Meio Ambiente - Transparência fundiária	42	Reinaldo Portanova	2018-04-19 06:48:21	Plantio e manutenção de árvores nos passeio públicos e terrenos abandonados ou desocupados.	Conscientização ecológica tornando melhor o clima nas cidades.	Editar lei, distribuir espécies compatíveis com as condições de cada cidade e fiscalizar o plantio de árvores a cada quatro metros da testada dos terrenos, comprometendo proprietários, ocupantes e possuidores a plantar e vigiar sua conservação.
	51	Jordi	2018-04-19 12:08:58	Cadastro unificado completo das propriedades da terra urbana e rural	A documentação sobre a propriedade da terra deve ser aberta e pública, atendendo aos artigos da Constituição, onde a propriedade da terra tem que servir a fins sociais (art 5. XXIII)	A administração pública tem que coordenar e unificar a documentação do cadastro da propriedade da terra, incluindo o georreferenciamento, sobre ortofotografias, com informação atualizada das superfícies, das características do solo, das benfeitorias, dos proprietários, etc... seguindo os padrões internacionais dos sistemas informatizados de geografia SIG. E colocar tudo numa plataforma digital aberta aos cidadãos.

**CONSULTA PÚBLICA - TEMAS SOCIEDADE CIVIL**

TEMA	Número	Nome do participante	Data/hora	Qual tema você gostaria que fosse debatido no âmbito do 4º Plano de Ação do Brasil na OGP?	Qual a relação desse tema com governo aberto?	Descreva como governo aberto pode contribuir com o desenvolvimento desse tema.
Governo aberto e Cultura	14	DANIELA RIBAS GHEZZI	2018-04-09 21:54:43	Cultura - Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais e Mapas Culturais	O "Mapas Culturais" é um software livre cujo objetivo é favorecer a gestão participativa da cultura através da publicização de informações da área cultural. Ele faz parte do SNIIC - Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais desde 2015. Ambos os temas (Mapas e SNIIC) fizeram parte das metas do 3º Plano de Ação. Com as mudanças de gestão no Ministério da Cultura, Mapas e SNIIC contaram com desenvolvimentos institucionais importantes. Contudo, a reformulação do SNIIC deixou os Mapas Culturais em segundo plano, e com isso o SNIIC perde boa parte de sua dimensão aberta e participativa.	As ações para a consolidação de um Governo Aberto poderão contribuir para que o SNIIC volte a incorporar a dimensão participativa e aberta.
	29	Daniel Lima Ribeiro	2018-04-16 10:24:06	Eficiência e economicidade do funcionamento das unidades de saúde	Transparência e accountability, com cocriação de estratégias de controle externo de unidades.	Combinando mentes, promovendo produção e abertura de dados sobre o funcionamento das unidades, estimulando via maior accountability a eficiência.
Governo aberto e saúde	44	Jaqueline Oltramari	2018-04-19 09:57:08	Gastos do governo com saúde	Todos os gastos são relevantes.	Precisamos saber qual o grau de boa administração que há com os gastos médicos e hospitais do SUS para lutar por mudanças, mais verbas para estados e municípios e menos para a união.
	18	Marlucia Delfino Amaral	2018-04-12 15:11:53	Tecnologia Digitais na Educação	O uso Tecnologia Digitais na Educação de além de apoiar o processo ensino aprendizagem, visto que os alunos estão inseridos e com experiência no uso de tecnologias, oportuniza a participação da comunidade escolar nos projetos pedagógicos desenvolvidos pelas redes de ensino. Poderá aproximar educadores e educandos, amplia a visão de mundo e a escola ultrapassa seus muros. E, acima de tudo poderá tornar a gestão mais transparente.	1- Apoiando na implementação de políticas públicas para o uso Tecnologia Digitais na Educação 2- Buscando e criando apoio para conectividade destinada a educação 3- Colaborando ao Ministério fortaleça programas voltadas para uso Tecnologia Digitais na Educação 4- Criando agenda nacional para esta temática
Tecnologias e recursos digitais de educação	39	Tel Amiel	2018-04-18 17:12:11	Implementação de políticas de educação aberta	O tema #6 do 4º plano de ação focou em recursos educacionais digitais. Tendo em vistas os avanços e o conhecimento das ações federais, sugiro aprofundar a discussão e ampliar os atores envolvidos, promovendo o tema Educação Aberta. A discussão sobre educação aberta vai além da curadoria e disponibilização de recursos educacionais (abordados no tema #6); deve incluir projetos e iniciativas de formação livres e abertas, novas estruturas de gestão de recursos e cursos, e a definição de políticas institucionais e públicas que incentivem a produção e disseminação de conhecimento, facilitando o acesso e acessibilidade a oportunidades educacionais.	Observamos um bom nível de desenvolvimento de ações em torno dos recursos abertos na educação, mas essas ainda se dão de maneira ad hoc e capilar. Temos acompanhado iniciativas que já promovem políticas de licenciamento aberto (como a Universidade Aberta do Brasil) e repositórios que primam por recursos abertos (como SEB/MEC). Outras diversas iniciativas acontecem de forma descentralizada e muitas vezes não se caminham para a abertura por falta de alicerces e orientações claras. Observamos a necessidade de uma ação integrada que busque promover os alicerces que facilitarão o crescimento e a consolidação de uma educação mais aberta. O governo aberto se enquadra nessa proposta na medida em que pode auxiliar, por exemplo no (1) fomento a políticas integradas de propriedade intelectual e de direitos autorais (orientando e debatendo a criação de diretrizes para universidades, secretarias e ministérios), mecanismos de incentivo para a produção coordenada de recursos e plataformas abertas para recursos e cursos de formação de servidores (escolas de governo, universidades, ensino médio, etc.). Com a recente promoção de EaD em todas as esferas de ensino, incluindo o Ensino Médio (Lei 13.415 de 16 de fevereiro de 2017) e no superior
	87	Débora Sebrim	2018-04-22 21:11:26	Implementação de política pública de educação aberta	Uma política pública de educação aberta é um convite a participação social, controle de investimento público, além de garantir que todas as compras realizadas com dinheiro público sejam compartilhadas com toda a sociedade, de preferência com a adoção de licenças de direito autoral abertas que garantem o remix e inspiração para novas obras derivadas, gerando novos conhecimento e tecnologias quando aplicável.	As premissas da educação aberta estão intrinsecamente ligadas a missão do governo aberto, dessa forma, acredito que o OGP pode: 1) trabalhar conscientizando órgãos públicos da importância de compartilhar cultura e conhecimento com a sociedade, quando eles são financiados pelo governo. 2) propor planos de ação para implementação de política de educação aberta 3) propor linhas de atuação que garantam uso, distribuição e adaptação de recursos educacionais comprados com dinheiro público.

**CONSULTA PÚBLICA - TEMAS SOCIEDADE CIVIL**

TEMA	Número	Nome do participante	Data/hora	Qual tema você gostaria que fosse debatido no âmbito do 4º Plano de Ação do Brasil na OGP?	Qual a relação desse tema com governo aberto?	Descreva como governo aberto pode contribuir com o desenvolvimento desse tema.
<b>Transparência e Controle social em educação</b>	69	André Duarte Stabile	2018-04-21 01:01:59	Transparência e Controle Social sobre o Financiamento da Educação Pública	<p>É o tema mais relevante de todos, sem exceção.</p> <p>Claro que devemos combater o agora, a corrupção, a febre, os sintomas mais graves e urgentes já identificados e responsabilizar os agentes que cometem desvios.</p> <p>Entretanto apenas essa abordagem não é sustentável, não resolve as causas e os custos são altos. Limpar os orçamentos educacionais nas 3 esferas de governo é a medida de transformação social de maior magnitude que o 4o Plano de Ação pode prever...</p>	<p>1) Incluir o tema pauta na agenda pública;</p> <p>2) Formular via benchmark (boas práticas) as melhores legislações do mundo para o Brasil;</p> <p>3) Implementar um Plano de Comunicação para empoderamento e engajamento da Sociedade Civil;</p> <p>4) Criar cronogramas, prazos e RESPONSABILIZAÇÃO para os agentes públicos que postergarem os entregáveis sob sua responsabilidade;</p>
<b>Governo abertos e dados históricos</b>	21	Carla Ferreira Dieppe	2018-04-13 14:36:47	Transparência ativa de arquivos históricos da Segunda Guerra Mundial	<p>Os arquivos históricos são fontes de conhecimento e estudo sobre o Brasil e a sua História. Alguns arquivos importantes ainda são fechados para acesso online, ou este acesso é dificultado por softwares de armazenamentos complicados. Muito usuários têm dificuldade de acessá-los. Assim, a informação sobre fatos relevantes para o país se perde. Dois exemplos são os arquivos históricos da Força Aérea Brasileira e da Marinha do Brasil. O mundo está relembando os 80 anos da Segunda Guerra Mundial, como os feitos dos aliados contra o Fascismo e o Nazismo, e as forças militares brasileiras não têm um site com principais documentos e iconografias do período. Além disso, as consultas são complicadas, porque os centros de documentação ficam dentro dos quartéis. Somente o Exército Brasileiro tem estes arquivos disponíveis para consulta pública, por meio do Museu da FEB e da Associação de Veteranos da FEB.</p> <p>Na FAB, a atuação na Segunda Guerra Mundial abrangeram o Primeiro Grupo de Aviação de Caça e a Aviação de Patrulha. Arquivos: Base Aérea de Natal (RN), Base Aérea de Fortaleza (CE), Base Aérea de Belém (PA), Centro de Documentação da Aeronáutica e Museu Aeroespacial (RJ).</p> <p>Na Marinha: Centro Histórico da Marinha do Brasil (RJ).</p> <p>O site do Ministério de Relações Exteriores também é completamente defasado e de difícil acesso, embora a consulta a documentos dos período seja possível.</p> <p>Cabe lembrar que governos dos Estados Unidos, Rússia, Inglaterra, Suécia, Dinamarca, Áustria, França e Itália, por exemplo, já liberaram os acervos sobre as duas Grandes Guerras. Dois exemplo são a USAF (<a href="http://www.afhra.af.mil/">http://www.afhra.af.mil/</a>) e a Royal Air Force.</p>	<p>O Governo aberto pode solicitar estes acervos para ampla divulgação e domínio público, conforme as diretrizes da lei 12.527 (LAI), ou até mesmo reunir as informações em site especial do Ministério da Defesa. O pedido para a abertura de arquivos relacionados à Força Aérea Brasileira já foi feito, por meio de pedido de número de protocolo 60502.000687/2018-91.</p> <p>Como preconizado pelo CNJ, a guarda dos arquivos históricos deve ser feita por um historiador. Portanto, as duas instituições têm historiadores entre os seus quadros, que podem avaliar a documentação a ser transferida para domínio público.</p> <p>Alguns fatos históricos e documentos já ultrapassaram 100 anos de guarda para documentos pessoais, conforme referenciado no art. 31 da Lei 12.527 (LAI).</p> <p>"§ 1o As informações pessoais, a que se refere este artigo, relativas à intimidade, vida privada, honra e imagem: I - terão seu acesso restrito, independentemente de classificação de sigilo e pelo prazo máximo de 100 (cem) anos a contar da sua data de produção, a agentes públicos legalmente autorizados e à pessoa a que elas se referirem; e II - poderão ter autorizada sua divulgação ou acesso por terceiros diante de previsão legal ou consentimento expresso da pessoa a que elas se referirem."</p> <p>No entanto existe o § 4o, que afirma: "A restrição de acesso à informação relativa à vida privada, honra e imagem de pessoa não poderá ser invocada com o intuito de prejudicar processo de apuração de irregularidades em que o titular das informações estiver envolvido, bem como em ações voltadas para a recuperação de fatos históricos de maior relevância."</p> <p>O decreto 7724, em seu art. 57 afirma que o consentimento pessoal não será exigido:</p> <p>"II - quando as informações pessoais não classificadas estiverem contidas em conjuntos de documentos necessários à recuperação de fatos históricos de maior relevância".</p> <p>Atenciosamente, Carla Ferreira Dieppe</p>
<b>Transparência e difusão de serviços para pessoas com deficiência</b>	2	Isabella Braun Sander	2018-04-05 14:54:04	Divulgação de serviços voltados a pessoas com deficiência. Status do serviço, níveis de qualidade e locais onde estão disponíveis.	Se relaciona à transparência e qualidade dos serviços públicos.	<p>Pode ajudar, por exemplo, a conhecer onde os deficientes físicos podem encontrar serviços adaptados às suas necessidades, como educação em braille, acessibilidade para pessoas com dificuldade de locomoção, atendimento em áudio para cegos. A discussão desse tema e a posterior divulgação dos dados relativos ao tema podem melhorar a própria acessibilidade e possibilitar à sociedade propor melhorias nos serviços, de acordo com as suas necessidades.</p>
<b>Governo aberto, povos indígenas e comunidades tradicionais</b>	8	Kleber Luiz Santos dos Santos	2018-04-05 17:56:51	Fortalecimento do controle social indígena sobre as políticas públicas para os povos indígenas. Assim como o funcionamento dos espaços de controle social, a exemplo do CNPI.	Aumento da transparência e incentivo a participação social.	<p>Pode contribuir de maneira a fortalecer a implementação das políticas públicas voltadas as populações indígenas com a participação e o controle social desses povos.</p>
	72	Débora Menezes	2018-04-21 12:51:25	Implementação da lei de acesso a informação socioambiental e tratativas para povos e comunidades tradicionais e indígenas	São dois temas de fundamental importância para o governo aberto ser implementado e inclusão social atento as realidades da Amazônia	<p>Criando oportunidades de inclusão com públicos da Amazônia</p>

**CONSULTA PÚBLICA - TEMAS SOCIEDADE CIVIL**

TEMA	Número	Nome do participante	Data/hora	Qual tema você gostaria que fosse debatido no âmbito do 4º Plano de Ação do Brasil na OGP?	Qual a relação desse tema com governo aberto?	Descreva como governo aberto pode contribuir com o desenvolvimento desse tema.
<b>Governo aberto e Gênero</b>	32	Joci Aguiar	2018-04-17 16:01:44	Participação das mulheres nos espaços de tomada de decisão e na gestão	O governo aberto trata da participação, quando falamos em participação nos referimos a todas as pessoas da sociedade, isso inclui o debate de gênero e geração, mulheres e jovens são sempre discriminados nas políticas e nos espaços de decisão. Queremos fortalecer o protagonismo de mulheres e jovens nas políticas públicas.	Governo aberto é uma temática em construção, então deve já iniciar de forma correta, ampliando cada vez mais a participação social, principalmente dos marginalizados pela sociedade.
	63	Bárbara Paes	2018-04-20 16:46:41	O acesso à informação sobre direitos sexuais e reprodutivos no Brasil; mais especificamente, a produção e publicação de dados sobre aborto legal no país.	<p>A Conferência Internacional de Direitos Humanos, que aconteceu em Teerã em 1968, determina que as pessoas têm direito a receber educação e informação adequadas relacionadas aos seus direitos sexuais e reprodutivos. Nesse sentido, é recomendado que todos os países garantam, em todas as situações, o direito das pessoas de estarem informadas sobre esses direitos.</p> <p>No Brasil, o aborto é um procedimento legal em 3 situações: quando a gravidez é decorrente de estupro, quando há risco de morte para a mãe ou se o feto é anencéfalo. Mas muitas mulheres brasileiras ainda enfrentam sérias restrições quando precisam realizar o procedimento - e muitas dessas restrições estão relacionadas ao acesso à informação. A falta de informação sobre aborto legal tem obstruído o direito que as mulheres brasileiras têm de obter abortos legais e seguros e essa é uma violação dos direitos das mulheres de acesso à saúde.</p> <p>Um primeiro problema é que ainda são poucas as mulheres que sabem que possuem o direito de realizar aborto em determinadas situações. Uma pesquisa realizada pela organização Católicas pelo Direito de Decidir indicou que quase metade dos brasileiros (48%) desconhece as situações em que o aborto pode ser feito legalmente.</p> <p>Para além do desconhecimento sobre a existência do direito ao aborto legal, existe uma outra camada de desinformação: a população não sabe em quais estabelecimentos o procedimento pode ser feito. A organização Católicas pelo Direito de Decidir encomendou ao Ibope, em 2005, uma pesquisa que mostrou que 95% das mulheres desconhecem os serviços de violência sexual em suas cidades.</p> <p>Um terceiro problema diz respeito aos dados oficiais sobre o tema. Muitas vezes esses dados estão dentro de sistemas de informações muito específicos e não estão acessíveis/compreensíveis de uma forma geral para a população.</p>	Governo aberto pode contribuir para o tema estimulando a produção, divulgação e atualização de dados sobre aborto legal no Brasil.
	64	Bárbara Paes	2018-04-20 16:48:02	A coleta, produção e publicação de dados sobre feminicídio no Brasil.	<p>O feminicídio é um problema gravíssimo e que exige imediatas medidas de combate. Atualmente a taxa de feminicídios no Brasil é registrada como a 5ª mais alta do mundo. Segundo o Mapa de Violência 2015, o número de assassinatos chega a 4,8 para cada 100 mil mulheres. No trabalho de combate aos feminicídios é importante pesquisar e evidenciar as razões que levam a esse crime. Nesse sentido, obter informações sobre o contexto e prevalência do crime é primordial para sua prevenção.</p> <p>Em pesquisa divulgada pela ARTIGO 19 em março de 2018, a organização avalia nove base de dados sobre feminicídios segundo 15 critérios relativos a uma boa prática de dados abertos visando a elaboração de políticas públicas. Foi constatado que apesar de ser uma realidade inegável no Brasil, o feminicídio ainda é um fenômeno difícil de se mensurar. A lei do feminicídio é relativamente recente e apesar de termos alguns dados sobre o tema, as estatísticas oficiais ainda estão em fase de adaptação e muitas vezes acabam sendo incompletas e inconclusivas.</p>	Governo aberto pode contribuir para o desenvolvimento do tema estimulando coleta e produção de dados mais detalhados e específicos sobre feminicídio. Ações possíveis podem incluir melhorias na coleta de dados; a padronização das variáveis coletadas; e a criação de uma base de dados nacional.
	89	Vanessa Meneguetti	2018-04-22 22:56:15	Governo aberto e igualdade de gênero	As mulheres historicamente na sociedade brasileira são privadas do acesso a diversos tipos de serviços públicos, tem pouca representatividade política, ocupam menos cargos de alta gestão e são vítimas de violência social. Desse modo, promover a igualdade de gênero por meio do governo aberto significa garantir formas de participação igualitária das mulheres nas instâncias participativas e na formulação de políticas públicas.	Por meio de formações em temas de governo aberto direcionadas a mulheres em temas como inovação tecnológica, transparência, integridade e participação social. E programas de incentivo voltados a lideranças femininas para promover maior inserção das mulheres como agentes transformadoras da política brasileira, de modo a garantir a perspectiva de uma importante parcela da sociedade na formulação de políticas públicas.
	34	Bahij Amin Aur	2018-04-17 16:43:21	Envelhecimento e apoio às pessoas idosas e aos seus direitos	Todo governo tem que atender aos desafios do envelhecimento da população	Instituindo um Programa Governamental específico para as Pessoas Idosas

**CONSULTA PÚBLICA - TEMAS SOCIEDADE CIVIL**

TEMA	Número	Nome do participante	Data/hora	Qual tema você gostaria que fosse debatido no âmbito do 4º Plano de Ação do Brasil na OGP?	Qual a relação desse tema com governo aberto?	Descreva como governo aberto pode contribuir com o desenvolvimento desse tema.
Governo aberto e idosos	36	TEREZA ROSA LINS VIEIRA	2018-04-17 18:54:30	Educação formal da Pessoa Idosa	Com o objetivo que se refere ao incentivo à participação social. Segundo a Síntese dos Indicadores Sociais (SIS, 2015) 23,1% (6,6 milhões) das pessoas idosas são analfabetas e 63% (17,6 milhões), são analfabetas funcionais. Diante disso, podemos afirmar que essas pessoas idosas não podem influenciar na organização da sociedade e consequentemente, na defesa e garantia dos seus direitos humanos.	Realizando Conferências Municipais, Estaduais e Nacional sobre a educação formal da pessoa idosa. Eixos a serem trabalhados: 1 - Capacitação de docentes para atuar na Educação Formal da Pessoa Idosa. 2 - Conteúdos e Metodologias na Educação formal da Pessoa Idosa; 3 - Empoderamento da Pessoa Idosa na perspectiva de Paulo Freire.
	88	Maria Lucia Secoti Fillzola	2018-04-22 23:02:09	Envelhecimento populacional	O impacto do fenômeno da longevidade nas políticas públicas.	Qualidade de vida e garantia dos direitos fundamentais. Monitoramento das políticas públicas neste segmento. Levantar as implicações econômicas com o acelerado envelhecimento populacional no Brasil.
Governo aberto e a questão racial	28	Danielle Rosario Teles	2018-04-15 20:56:58	Comissão obrigatória nas universidades para aferição das cotas para negros e portadores de necessidades especiais	Combater fraude no ingresso nas universidades públicas por candidatos fraudadores que não fazem jus as cotas.	O Governo poderia fazer com que seja obrigatório que nas universidades públicas tenham comissões de avaliação para cotas de negros presencial para averiguação do fenotipo do candidato e comissão para verificação da veracidade dos laudos dos candidatos portadores de necessidades especiais. Hoje vemos muitos candidatos brancos se autodeclarando negros, matriculando-se e assim tomando a vaga de quem realmente faz jus as cotas, candidatos com laudos apresentados sem verificação nenhuma nem mesmo pesquisa simples do cid que consta nos laudos. O Governo pode diminuir essas fraudes enormemente com as comissões de avaliação.
	92	Henrique A Figueiredo	2018-04-22 23:54:06	Disponibilização de CPF de quem é preto e pardos no Brasil	Inclusão social, transparência e direitos sociais.	Diminuindo a falta de transparência deste dado para a sociedade civil.
Governo aberto e energia	85	Yuri Bastos Gabrich	2018-04-22 17:41:03	Geração distribuída de energia pelo setor público	Transparência do reinvestimento dos impostos em infraestrutura básica do governo, como os custos com energia elétrica.	A metodologia atual de faturamento da iluminação pública poderia ser suprida se o governo local tivesse sua geração própria de energia. Poderia-se utilizar áreas de telhado de postos de gasolina, que normalmente são ensolarados, para gerar energia para o governo local. Os postos de gasolina "cederiam" esta área em contrapartida a deduções fiscais, de IPTU por exemplo. Todo este processo deverá ser transparente, visto que o próprio posto poderá usufruir ilegalmente da energia gerada, e além disso, o governo local deverá prestar contas a sociedade que medidas de baixo carbono e eficiência energética estão sendo empregadas de forma a satisfazer as contribuições com a iluminação pública, visando a diminuição desta parcela na tarifa de energia.
Fortalecimento dos órgãos de controle em Estados e Municípios	65	Joara marchezini	2018-04-20 16:56:47	governo aberto a nível subnacional - fortalecimento dos órgãos de controle	Os órgãos de controle são parte central do accountability governamental, do controle social e da transparência. No Brasil, especialmente no nível subnacional, ainda há importantes desafios no que diz respeito a consolidação desses órgãos. Diversos estudos têm apontado que os estados e municípios têm tido em média pior desempenho no cumprimento da Lei de Acesso à Informação (12.527/2011) se comparados à esfera nacional, e, por esse motivo, merecem especial atenção. Faz-se necessário fortalecer estes órgãos de controle a fim da garantia de um governo aberto.	Compromissos voltados ao fortalecimento institucional dos órgãos de controle seriam fundamentais. Como exemplos disso poderíamos citar: modernização de sistemas informáticos e de atendimento, capacitação de funcionários, entre outros.
	90	Fernando Meloni	2018-04-22 23:48:02	Fortalecimento dos órgãos de controle e LAI em âmbito subnacional	O fortalecimento dos órgãos de controle é necessário no contexto atual e se alinha com a diretriz da prestação de contas dentro do governo aberto. Já a transparência e o melhor cumprimento das diretrizes da lei de acesso à informação (LAI) em nível subnacional também vem para reforçar a transparência pública que é um elemento central do governo aberto	Pode-se destacar que a sociedade civil organizada e o cidadão que vivencia os problemas de baixo controle da administração e também limitado cumprimento da Lai em nível subnacional pode contribuir muito com estes temas, o que demanda uma maior participação e abertura junto aos governos, sendo assim essencial que tais temáticas ganhem a devida visibilidade neste 4º plano de ação da OGP
Governo aberto em estados e	79	Célia Maria Soares de Araújo Lima	2018-04-22 13:08:24	Transparência em todos os níveis de governo urbano e rural	O próprio	Criando instância independentes de fiscalização

**CONSULTA PÚBLICA - TEMAS SOCIEDADE CIVIL**

TEMA	Número	Nome do participante	Data/hora	Qual tema você gostaria que fosse debatido no âmbito do 4º Plano de Ação do Brasil na OGP?	Qual a relação desse tema com governo aberto?	Descreva como governo aberto pode contribuir com o desenvolvimento desse tema.
Em estados e municípios	86	Laila Bellix	2018-04-22 18:43:54	Governo Aberto Subnacional	A relação deste tema com governo aberto é direta. Descentralizar a política de transparência, participação, inovação e integridade é uma promessa da agenda de governo aberto que pode ser potencializada no 4º Plano de Ação Nacional. Isso decorre, também, das experiências pilotos de governo aberto local.	É no governo subnacional, principalmente nos municípios, onde as políticas públicas são implementadas, há necessidade extrema de instrumentos de gestão que qualifiquem o poder público e onde as relações público-privada estão mais próximas. Dessa forma, os conceitos, ferramentas e práticas de governo aberto, com mais participação social, transparência, inovação e integridade, podem transformar a gestão local e, conseqüentemente, as políticas que impactam na vida dos cidadãos e cidadãs.
Governo aberto no legislativo	3	Felipe Moreira	2018-04-05 14:50:38	Lobby aberto	A transparência e acesso aos processos de tomada de decisão são temas fundamentais em uma democracia. Nesse sentido, o lobby (defesa de interesses) deve ser objeto de uma regulamentação pelos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. A disponibilização de dados na internet e em formato aberto sobre o contato entre lobistas e autoridades contribui para o aumento de accountability, facilita a co-criação de políticas públicas mediante a participação de diversas partes interessadas e contribui para o combate à corrupção, todos esses temas caros para a estratégia de Governo Aberto.	Além de fomentar o debate e criar um awarness da sociedade civil, academia e governo sobre a importância de um Lobby aberto (em toda a dimensão do conceito de opengov), é possível criar um plano de metas, indicadores e índice de transparência e acesso às autoridades públicas.
	48	Luiz Sérgio Martins Wosiack	2018-04-19 11:27:56	Corrupção e fim da imunidade parlamentar	Temos que partir do pressuposto que ser político não caracteriza profissão. Dois mandatos já são mais que suficiente para cada brasileiro possa dar a sua contribuição a nação.	Muito bom este espaço, precisa ser mais divulgado
	77	José Geraldo Vieira de Souza	2018-04-22 12:50:04	Quantidade de políticos	Gastos publicos	Alertar sobre o desperdício de dinheiro com o número elevado de políticos. Cortar muitas cadeiras no legislativo, deputados e senadores. O povo falar através de plebiscito quantos deputados e senadores precisamos???
	78	Francivaldo dos Santos Cunha	2018-04-22 13:05:54	Envolvimento de políticos com denúncias de corrupção.	Consciência política da população	Participando das ações do governo através do orçamento público
Transparência no Judiciário e Ministério Público	1	Neide Alves Dias De Sordi	2018-04-04 20:03:30	Dados Abertos do Judiciário - Elaboração de plano de dados abertos para os seus conselhos e tribunais.	Dados abertos é condição para Governo Aberto.	As instituições do Judiciário, sob a coordenação do CNJ, podem participar do 4. Plano elaborando planos de dados abertos para o CNJ, CFJ e os cinco tribunais superiores. Também podem capacitando os servidores dos tribunais federais de segundo grau da Justiça Federal, do Trabalho, Eleitoral e Militar para que possam elaborar os seus planos de dados abertos.
	10	Joelson de Souza Paulo	2018-04-06 12:35:02	Divulgação e publicação de dados abertos pelo poder judiciário e ministério público	A determinação da elaboração de planos de dados abertos atingiu os órgãos do executivo, talvez por este motivo, percebe-se a baixa adesão do judiciário e ministério público na adoção de política de publicização de dados.	A ampliação das metas do governo aberto deve ocorrer de forma a alcançar todos os poderes da união e o ministério público.
	66	joara marchezini	2018-04-20 16:58:51	Estabelecimento de compromisso sobre Justiça Aberta - identificação de blocos em relação aos quais seria necessário gerar maior transparência.	Diversos estudos apontam para o fato de que, no Brasil, o poder judiciário é o menos transparente entre os 3 poderes. E a transparência é um dos alicerces do governo aberto. Nesse sentido, no intuito de progredir para a garantia do direito à informação no Brasil, faz-se necessário melhorar os índices de transparência do Poder Judiciário.	A partir da criação de compromissos que comprometam o Poder Judiciário na melhoria de sua transparência. Eles poderiam incluir: (i) dados adm / financeiro / gestão (inclusive processos, nomeações, etc); (ii) informações sobre acesso a justiça; (iii) informações sobre atuação jurisdicional; entre outros.
	76	Paulo Neves	2018-04-22 12:22:31	dados do judiciário	Permite a sociedade controlar a idoneidade das decisões do poder judiciário.	- dados de parentesco entre si até segundo grau dos integrantes do judiciário - lista dos magistrados que entraram pelo quinto constitucional - todas as decisões dos tribunais superiores em formato legível por máquina indicando quem votou em que

**CONSULTA PÚBLICA - TEMAS SOCIEDADE CIVIL**

TEMA	Número	Nome do participante	Data/hora	Qual tema você gostaria que fosse debatido no âmbito do 4º Plano de Ação do Brasil na OGP?	Qual a relação desse tema com governo aberto?	Descreva como governo aberto pode contribuir com o desenvolvimento desse tema.
<b>Sem relação com Governo Aberto</b>	27	GLAUCO CARLOS CAVALCANTE	2018-04-14 20:55:44	Assédio moral no serviço público federal	para uma melhor visão do sofrimento do dia dias de muitos servidores federais em suas repartições	elaborar normas, leis, penalidades para maus gestores do trato de recursos humanos e valorização do servidor
	30	Anna Bernardoni	2018-04-16 11:46:11	Segurança	Hoje a segurança é a moeda de negociação entre governos. Para a sociedade civil, é o que mais demonstra a ineficiência do governo.	Levantando soluções reais para o problema.
	49	Mariluci Barzotto	2018-04-19 11:35:03	Contratos	Cumprimento di contrato inicial sem aditivos	Criar leis mais severas
	58	CLAUDIA BOSCHETTI	2018-04-20 09:39:39	1 - qualificação dos servidores publicos e compliance	Na minha opinião a qualificação do servidor público reflete diretamente no desempenho da gestão, seja ela municipal, estadual ou federal. Quando temos pessoas qualificadas, com conhecimento técnico na sua área de atuação, teremos mais eficiência e eficácia nos serviços prestados reduzindo custos. Quanto ao compliance (nas empresas privadas) pode fortalecer o ensino sobre a integridade em qualquer nível da sociedade, com objetivo de reduzir a corrupção.	Vivemos num tempo de transição e mudanças significativas de fazer política. A conscientização é o início. O entendimento é o segundo passo com a realização de painéis e incentivo à leitura e capacitação. O terceiro é a responsabilidade de fazer, que infelizmente só acontece por meio de medidas punitivas previstas com mudanças da legislação
	61	Renato Wagner Gomes	2018-04-20 14:25:28	Uso legal do FGTS	Analisar linhas de créditos para trabalhadores de baixa renda (Podendo usar seu próprio FGTS para compra ou financiamento de veículos.)	Boa tarde, Minha sugestão seria ver, estudar a possibilidade de liberação do FGTS para compra de veículos para qualquer trabalhador conseguir ter a condição e facilidade na aquisição. visto que para adquirir é preciso possuir valores de entrada \$\$\$ dando continuidade no processo de compra.(Dando assim a oportunidade para quaisquer cidadão sem comprometer tanto sua renda familiar. poderia só ver essa possibilidade um dia. Obrigado pela atenção!